PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Processo Penal: Prisões Cautelares, Lei Antiterrorismo e IA

CARGA HORÁRIA: 400 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 50 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 150 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Processo Penal, Prisões Cautelares e Lei Antiterrorismo na Era Digital

O curso **Processo Penal: Prisões Cautelares, Lei Antiterrorismo e IA** oferece atualização jurídica voltada a profissionais que precisam compreender as transformações legislativas, jurisprudenciais e tecnológicas da persecução penal contemporânea. A formação integra fundamentos constitucionais, garantias processuais, jurisprudência do STF e STJ e os novos desafios decorrentes da investigação criminal digital.

Prisões Cautelares e Garantias Constitucionais

O programa aprofunda prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária, medidas cautelares diversas da prisão, monitoração eletrônica, audiência de custódia e juiz das garantias. São examinados critérios como necessidade, adequação, proporcionalidade, contemporaneidade e fundamentação concreta, proporcionando conhecimento aplicável à advocacia, Ministério Público, Judiciário, segurança pública e demais atividades jurídicas.

Lei Antiterrorismo e Investigação Criminal

A formação aborda a Lei Antiterrorismo, organizações terroristas, atos preparatórios, radicalização, financiamento do terrorismo, bloqueio de ativos e criptoativos. O aluno também estudará técnicas investigativas, competência da Justiça Federal, cooperação jurídica internacional, extradição, produção transnacional de provas e atuação institucional no enfrentamento ao terrorismo.

Inteligência Artificial, Provas Digitais e Novas Tecnologias

Um dos diferenciais do curso é a integração entre **Processo Penal e Inteligência Artificial**. O conteúdo contempla IA aplicada à investigação criminal, OSINT, análise de redes e grandes volumes de dados, provas digitais, cadeia de custódia, metadados, reconhecimento facial, vieses algorítmicos, auditabilidade e supervisão humana.

Atualização Profissional para o Cenário Jurídico Atual

Com abordagem contemporânea, o curso também examina LGPD, privacidade, proteção de dados e limites constitucionais da vigilância digital. É uma capacitação especialmente relevante para advogados, servidores públicos, policiais, membros de carreiras jurídicas e profissionais que buscam atualização em **prisões cautelares, terrorismo, investigação digital, jurisprudência e Inteligência Artificial aplicada ao Processo Penal**.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DAS PRISÕES CAUTELARES
Presunção de Inocência e Liberdade Como Regra; Prisão-Pena e Prisão Processual; Fundamentos da Cautelaridade Penal; Necessidade, Adequação e Proporcionalidade; Reserva de Jurisdição; Fundamentação das Decisões Judiciais; Controle de Convencionalidade; Jurisprudência Atual do STF e STJ;
PRISÃO EM FLAGRANTE E CONTROLE JUDICIAL DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE
Modalidades de Prisão em Flagrante; Flagrante Próprio, Impróprio e Presumido; Flagrante Preparado, Provocado e Esperado; Flagrante Retardado ou Diferido; Auto de Prisão em Flagrante; Comunicação da Prisão e Nota de Culpa; Relaxamento da Prisão Ilegal; Liberdade Provisória e Conversão em Prisão Preventiva;
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E JUIZ DAS GARANTIAS
Finalidades da Audiência de Custódia; Prazo e Procedimento da Audiência; Controle da Legalidade da Prisão; Prevenção e

Apuração de Tortura e Maus-Tratos; Decisões Judiciais na Audiência de Custódia; Audiência em Cumprimento de Mandado de Prisão; Resolução CNJ Número 213/2015 e Atualizações; Juiz das Garantias e Jurisprudência do STF;

PRISÃO PREVENTIVA E JURISPRUDÊNCIA CONTEMPORÂNEA

Pressupostos e Fundamentos da Prisão Preventiva; Fumus Comissi Delicti e Periculum Libertatis; Garantia da Ordem Pública e da Ordem Econômica; Conveniência da Instrução Criminal e Aplicação da Lei Penal; Contemporaneidade dos Fundamentos; Fundamentação Concreta e Vedação da Gravidade Abstrata; Revisão, Revogação e Nova Decretação da Prisão; Alterações Legislativas e Jurisprudenciais Recentes;

PRISÃO TEMPORÁRIA E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Fundamentos e Finalidades da Prisão Temporária; Lei Número 7.960/1989; Requisitos para Decretação da Prisão Temporária; Imprescindibilidade para as Investigações; Prazo e Prorrogação da Custódia; Crimes Hediondos e Equiparados; ADIs 3.360 e 4.109 e Requisitos Fixados pelo STF; Vedação da Prisão para Averiguação;

MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO E MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Princípios da Necessidade e Adequação; Medidas Cautelares Previstas no Código de Processo Penal; Aplicação Isolada ou Cumulativa das Medidas; Fiança, Proibições e Restrições Cautelares; Recolhimento Domiciliar e Suspensão de Função; Monitoração Eletrônica; Descumprimento das Medidas Cautelares; Substituição, Cumulação e Conversão em Prisão Preventiva;

LEI ANTITERRORISMO E ESTRUTURA DOS CRIMES DE TERRORISMO

Lei Número 13.260/2016 e Fundamentos Jurídicos; Conceito Legal de Terrorismo; Elementos Objetivos e Subjetivos do Tipo Penal; Especial Finalidade de Agir; Bens Jurídicos Tutelados; Causas Legais de Exclusão; Consumação, Tentativa e Atos Preparatórios; Limites Constitucionais da Interpretação Penal;

ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS, ATOS PREPARATÓRIOS E RADICALIZAÇÃO

Conceito de Organização Terrorista; Aplicabilidade da Lei Número 12.850/2013; Recrutamento, Organização e Treinamento; Preparação de Atos Terroristas; Combatentes Terroristas Estrangeiros; Radicalização e Recrutamento em Ambientes Digitais; Concurso de Crimes; Técnicas Especiais de Investigação;

FINANCIAMENTO DO TERRORISMO, BLOQUEIO DE ATIVOS E CRIPTOATIVOS

Financiamento Direto e Indireto do Terrorismo; Lei Número 13.810/2019; Indisponibilidade e Bloqueio de Ativos; Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas; Designações Nacionais e Cooperação Internacional; COAF e Inteligência Financeira; Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo; Criptoativos, Ativos Virtuais e Rastreamento Patrimonial;

INVESTIGAÇÃO, PROVAS DIGITAIS E CADEIA DE CUSTÓDIA EM CRIMES DE TERRORISMO

Competência Investigativa da Polícia Federal; Interceptação de Comunicações e Dados Telemáticos; Captação Ambiental e Técnicas Investigativas Especiais; Busca e Apreensão de Dispositivos Eletrônicos; Preservação e Extração de Evidências Digitais; Cadeia de Custódia da Prova Digital; Metadados, Integridade e Autenticidade das Evidências; Cooperação com Plataformas e Provedores de Serviços Digitais;

PROCESSO, COMPETÊNCIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA DE TERRORISMO

Competência da Justiça Federal; Princípio do Juiz Natural; Ação Penal nos Crimes de Terrorismo; Atuação do Ministério Público Federal; Medidas Assecuratórias e Administração de Bens; Cooperação Jurídica Internacional e Auxílio Direto; Extradição, Asilo e Refúgio; Produção e Compartilhamento Transnacional de Provas;

JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ SOBRE PRISÕES CAUTELARES E TERRORISMO

Fundamentação da Prisão Preventiva; Contemporaneidade e Necessidade da Custódia; Gravidade Concreta e Gravidade Abstrata do Delito; Excesso de Prazo e Razoável Duração do Processo; Revisão da Prisão Cautelar; Prisão Temporária e Controle de Constitucionalidade; Audiência de Custódia e Juiz das Garantias; Habeas Corpus e Precedentes Relacionados à Lei Antiterrorismo;

TECNOLOGIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Inteligência Artificial Aplicada à Investigação Criminal; Análise de Redes, Vínculos e Padrões Comportamentais; Inteligência de Fontes Abertas e OSINT; Monitoramento de Ambientes Digitais; Ferramentas de Análise de Grandes Volumes de Dados; Limites Constitucionais do Uso de Tecnologias Investigativas; Vieses Algorítmicos e Riscos de Falsos Positivos; Validação, Auditabilidade e Supervisão Humana na Utilização de IA;

LGPD, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Proteção de Dados e Persecução Penal; Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis; Compartilhamento de Dados entre Órgãos Públicos; Segurança da Informação em Bases Investigativas; Biometria e Reconhecimento Facial; Tratamento de Dados em Investigações Criminais; Limites Constitucionais da Vigilância e da Investigação Digital; Privacidade, Proporcionalidade e Probidade da Prova Digital.